

# Moreira e Quércia não gostam mas aceitam

BRASÍLIA — Assim como o Governo federal, os Governadores do Rio, Moreira Franco, e de São Paulo, Orestes Quércia, também não gostaram da proposta aprovada ontem pela Comissão de Orçamento para a rolagem das dívidas dos Estados, mas resolveram aceitá-la por ser resultado de um acordo. Segundo explicaram os Secretários de Fazenda, a proposta ainda vai atingir bastante os orçamentos do Rio e de São Paulo.

O Secretário de Fazenda do Rio, Antônio Cláudio Sochaczewski, informou que o Estado terá que pagar US\$ 100 milhões, ou seja, seis vezes mais do que sua proposta inicial. Essa quantia representa aproximadamente 8% do orçamento anual do Rio que, segundo o Secretário, terá de ser revisto em alguns itens. Com 80% destinados ao pagamento de pessoal e mais a dívida, restam apenas 12% para custeio.

Mas Sochaczewski disse que na conversa mantida de manhã com o Governador Moreira Franco, este afirmou-lhe que se a proposta fosse fruto de um acordo deveria ser respeitada.

Embora também insatisfeito com a proposta da Comissão de Orçamento, o Secretário de Fazenda de São Paulo, José Machado Campos, admitiu que ela é melhor do que a idéia inicial do Governo federal, que exigia o pagamento de 25% da dívida. Mesmo assim, São Paulo deverá pagar o equivalente a 13% de seu orçamento anual. Apesar dos reflexos da nova solução para o Estado, a orientação do Governador Orestes Quércia foi

igual à de Moreira: sendo uma decisão do Congresso, deveria ser aceita.

O Relator da Comissão Mista de Orçamento, Senador Almir Gabriel (PMDB-PA), afirmou, pouco antes de entregar o projeto de Orçamento ao Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), que o Governo federal perseguiu o impasse com o Legislativo desde o momento em que enviou a primeira proposta orçamentária ao Congresso. Segundo ele, foram inúmeros os indicativos da opção pelo confronto e a pouca disposição para o entendimento.

— O Legislativo não poderia ter sido mais compreensivo do que foi nem menos altivo — disse Almir Gabriel, referindo-se à atitude firme do Presidente da Comissão, Deputado Cid Carvalho (PMDB-MA), na votação da rolagem da dívida dos Estados.

Almir Gabriel disse estar convencido de que o Executivo não deseja manter um relacionamento harmônico com o Congresso. Na sua opinião, existe uma grande resistência da parte do Governo em assimilar e respeitar as novas prerrogativas do Legislativo.

— O hábito do autoritarismo prejudicou todas as tentativas de entendimento — observou.

Segundo Almir Gabriel, desde a primeira mensagem orçamentária já era possível prever um confronto entre os dois Poderes. A decisão do Executivo de cortar as subvenções dos parlamentares — que existem há



Sochaczewski: Rio pagará mais

quase 40 anos — foi entendida como provocação e recebida com muita antipatia, mesmo porque, disse o Senador, a importância era irrisória.

Em seguida, o Governo enviou outra mensagem modificando a primeira, em que reduzia substancialmente toda a margem de manobra dos parlamentares sobre o Orçamento, frustrando a Comissão, que desejava propor remanejamento de recursos. Por fim, quando a Comissão decidiu receber a nova mensagem como uma proposta de modificação, que poderia ser acatada ou não, o Governo retirou a segunda versão do Orçamento e mandou uma terceira, com mais restrições ainda.